



## MISSÕES VISTAS POR UM MISSIONÁRIO: A PERSPECTIVA DE J. ALVES CORREIA SOBRE MISSÕES NO *BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES* (1926)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3373

Leandro Antonio Guirro, UEM

### Resumo

A ocupação do continente africano por países europeus incentivou a produção de um tipo particular de imprensa, voltado para o desenvolvimento de ações propagandísticas a respeito das colônias estabelecidas no além-mar. Nesse contexto, o *Boletim da Agência Geral das Nações* ganhou notoriedade exatamente por abordar temáticas relacionadas aos territórios conquistados pelos portugueses. Dentre os vários assuntos levantados pela publicação, encontra-se um artigo escrito pelo missionário J. Alves Correia sobre as missões católicas lusitanas estabelecidas na África. O trabalho visa, portanto, analisar as ideias desse autor acerca da organização e finalidade das iniciativas realizadas pelos representantes da Igreja Católica nas terras longínquas. O embasamento teórico-metodológico ampara-se nas observações de Zicman (1981), segundo as quais a imprensa sempre age em um campo político-ideológico, fazendo-se necessário, deste modo, que as pesquisas realizadas levantem as principais características do órgão discutido, bem como suas possíveis intencionalidades junto à sociedade. Observa-se a formulação do estereótipo missionário portador da religiosidade católica e da “civilidade”, merecedor de honrarias por aventurar-se na tarefa de contribuir para o “progresso” dos indígenas. Concomitantemente, percebe-se que as argumentações que justificam as ações desses religiosos são embasadas em uma perspectiva eurocêntrica que busca naturalizar a pretensa inferioridade dos nativos africanos e engrandecer os atributos europeus. Diante disso, conclui-se que o missionário em questão cobrou reconhecimento das missões católicas enquanto contribuintes para a expansão nacional portuguesa e teve tal discurso avalizado pelo boletim no qual expôs suas argumentações.

### Palavras Chave:

Missões; Indígenas;  
Imprensa; Propaganda;  
Expansão.

## Introdução e Justificativa

Pensar na história contemporânea é refletir diretamente sobre o que ficou conhecido como imperialismo, bem como indagar sobre suas influências e consequências. Necessário é, portanto, embasar-se em conceituações que esquematizem a complexidade inerente ao tema. De acordo com Said (2011, p. 39), o conceito designa um conjunto de práticas e teorias que um centro metropolitano elabora para controlar um território distante. Concorrência entre economias capitalistas, fim da política liberal, oligopólios e intervenção estatal na economia são práticas características do sistema imperialista que ganhou forma na Europa Ocidental durante o fim do século XIX. No período entre 1870 e 1914, o termo esteve associado ao crescimento do capitalismo monopolista e à conquista política e militar de territórios como África e Ásia (SILVA, 2013, p. 110).

Uzoigwe (2010, p. 25) também fez um balanço sobre a temática e apontou algumas possibilidades de interpretação. De acordo com seus levantamentos, o ímpeto imperialista já foi explicado por razões diplomáticas, psicológicas e econômicas, mas somente as últimas lhe parecem suficientemente convincentes. Apresentando uma linha de raciocínio similar, Hobsbawm (1998, p. 101) enfatizou o aspecto financeiro e ressaltou que o ponto crucial da questão diz respeito à necessidade simultânea de expansão mercadológica vivenciada por economias europeias desenvolvidas e em ascensão no cenário econômico global. Todavia, o autor não descartou as razões políticas,

pois a essa altura tornava-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para esse fim, pois o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda da política (HOBSBAWM, 1998, p. 102).

No que diz respeito ao continente africano, a dominação foi traçada na Conferência de Berlim, entre os dias 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885. Primeiramente idealizado pelo governo português e posteriormente retomado por Bismarck, chanceler alemão, o encontro reuniu governantes e diplomatas da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Espanha e Estados Unidos, além de convidados como Áustria-Hungria, Suécia, Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia (WESSELING, 1998, p. 130).

Cabaço (2009, p. 34) lembrou que a Conferência de Berlim, um dos símbolos máximos da expansão imperialista, constituiu “pedra miliar” no estabelecimento do poder colonial que passou a caracterizar a ocupação africana no século XX. As estatísticas levantadas por Boahen (2010, p. 1) demonstraram o referido acima: até 1880, cerca de 80% do território africano era governado pelos próprios nativos, sendo que, em 1914, somente Etiópia e Libéria não faziam parte do domínio europeu no continente.

A maioria das terras ficou em mãos inglesas e francesas, principais expoentes do capitalismo industrial e solidez governamental. As demais “fatias” ficaram sob controle belga, italiano, alemão, espanhol e português (HERNANDEZ, 2008, p. 68). Por meio de um projeto conhecido como “mapa cor-de-rosa”, os lusitanos planejaram interligar suas antigas possessões (Angola e Moçambique) com o intuito de facilitar o comércio e o transporte de mercadorias. Sob ameaça de guerra, o governo inglês persuadiu os mandatários portugueses a abandonarem o projeto (PARADA, 2013, p. 32). Deste modo, coube a Portugal consolidar suas posses territoriais para não correr o risco de perdê-las.

Iniciada na década de 1880, a ocupação militar portuguesa completou-se apenas no início do século XX. Após um árduo trabalho para conseguir vencer as

manifestações de resistência dos moradores locais, os portugueses conseguiram ocupar definitivamente Moçambique, Angola e Guiné, atual Guiné-Bissau (UZOIGWE, 2010, p.23). Uma vez assegurada a posse destes locais, os lusitanos seguiram a prática de dominação característica das primeiras décadas do século que se abria, ou seja, amenizar as iniciativas militares e exercer o controle institucional civil (PARADA, 2013, p. 48).

Nesta conjuntura ganhou vida, em 1911, o Ministério das Colônias. Seguindo tendência francesa, a nova pasta do governo republicano português passou a considerar “as possessões ultramarinas um patrimônio tão sagrado quanto o território da mãe-pátria” e criou estratégias para viabilizar e organizar a governança metropolitana nesses locais (MARQUES, 2001, p. 25). Assim, uma das principais iniciativas de tal órgão foi o desenvolvimento de técnicas de propaganda colonialista. A realização de diferentes exposições e conferências sobre os mais variados assuntos da vida colonial, bem como a produção de jornais especializados, guias, obras literárias e científicas, almanaques, anuários e demais publicações tornaram-se ferramentas importantes para divulgar o mundo além-mar (MARQUES, 2001, p. 21).

Com o passar do tempo, as campanhas promocionais alcançaram um grau mais elevado através da criação da Agência Geral das Colônias, em 1924. Vinculado ao Ministério das Colônias, este órgão contou com o trabalho de agentes capazes de perceber que “a propaganda desempenhava um papel essencial no contexto das rivalidades coloniais europeias e que esse era um meio privilegiado de conciliar os diferentes interesses metropolitanos e coloniais” (MARQUES, 2001, p. 67).

Neste momento, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* ganhou destaque dentre as obras produzidas. Instituído no Diploma Legislativo Colonial nº43, de 30

de setembro de 1924, o impresso surgiu com a seguinte finalidade:

O Boletim da Agência Geral das Colônias, órgão oficial da ação colonial portuguesa, propõe-se fazer a propaganda do nosso patrimônio colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1924, p. 230).

Seguindo as orientações claramente descritas no excerto acima, o material circulou em Portugal e nas principais cidades das colônias portuguesas na África até 1969, sofrendo apenas algumas modificações em sua nomenclatura. Assinado por vários agentes que contribuíram com a Agência Geral das Colônias, o periódico disponibilizou dados e opiniões sobre a ação colonizadora portuguesa. Produzido em Lisboa, no endereço Rua da Prata, nº 34, o boletim foi impresso mensalmente e trouxe notícias a respeito de todas as colônias, com atenção especial para Angola e Moçambique.

As principais atenções dos editores estiveram relacionadas a assuntos econômicos e políticos. As cotações de valores de produtos agrícolas produzidos nas possessões ultramarinas e comercializados com Portugal e demais países marcaram presença nas páginas finais do periódico. Visitas dos Ministros das Colônias às terras africanas e notas a respeito de medidas tomadas pelos governadores locais também foram assuntos corriqueiros. Matérias envolvendo discussões sobre religião e religiosidade também apareceram, ainda que em menor frequência do que as demais temáticas publicadas pelo material. E, tal qual lembrado por Zicman,

Por outro lado, devemos lembrar que na imprensa a apresentação de

notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas, ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação (ZICMAN, 1981, p. 93).

Partindo desse pressuposto, as observações feitas nas linhas seguintes debatem o posicionamento do órgão em questão no que diz respeito às missões religiosas implantadas nas colônias, baseando-se nas opiniões de um missionário católico chamado J. Alves Correia.

## Objetivos

Levando-se em consideração as observações feitas até o momento, almeja-se indagar não apenas a presença de textos que abordaram o tópico “religião” nas páginas do boletim, mas as possíveis intencionalidades dos responsáveis e colaboradores do periódico em levar esses conteúdos aos seus leitores.

## Resultados

Em outubro de 1926, O *Boletim da Agência Geral das Colônias* publicou “As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa”, de J. Alves Correia (Missionário do Espírito Santo). No referido artigo, o autor foi categórico ao afirmar os objetivos das missões consideradas modernas, “em que se ensina tudo ao indígena: a plantar com raciocínio e inteligência uma horta, a ler, escrever e contar, e sobre isto a cultivar o espírito mortal e dignifica-lo com deveres morais” (CORREIA, 1926, p. 73).

Hobsbawm argumentou que a ação imperialista europeia incentivou as iniciativas missionárias cristãs. “Era algo feito pelos brancos para os nativos, e pago pelos brancos” (HOBSBAWM, 1998, p. 108). Em grande medida os religiosos chamavam para si a responsabilidade de

apoiar as populações nativas africanas e colaborar com o desenvolvimento destas pessoas, baseados em um referencial ideológico que pregava a superioridade do homem branco diante dos demais. As teorias raciais em voga na época foram tomadas como justificativa para as ambições políticas e econômicas de países do velho continente e deram novo impulso às missões, incumbidas de cristianizar os pagãos (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 773).

Cristianizar e civilizar apareceram com sinônimos nos discursos colonizadores e o destaque referente às pretensas diferenças civilizacionais serviram de justificativa para endossar as ações metropolitanas. A esse respeito, Oliva argumentou que

A ênfase nas diferenças civilizacionais entre europeus e africanos se tornou o alicerce fundamental, tanto para o convencimento interno – ou seja, na formação de uma opinião pública favorável aos esforços de ocupação e exploração dos territórios coloniais – como externo – para os próprios colonizados e demais potências europeias participantes do processo – de que a presença portuguesa em África seria algo desejável e irrevogável. O “fardo do homem negro” ou do africano seria espelhado pelo seu esforço em se tornar útil ao “paternal” olhar ocidental, sendo o mais rápido possível civilizado pelos europeus (OLIVA, 2009, p. 32).

“Tornar-se útil” no esquema de projeção civilizacional definido pelos portugueses caminhou no sentido de adequar-se ao mundo do trabalho europeu. A generalização da opinião de que o indígena era naturalmente indolente e que o esforço físico contribuiria com seu desenvolvimento embasou a arbitrariedade metropolitana de abordar o trabalho enquanto uma imposição aos nativos. De certo modo, todas as potências coloniais do período definiram

obrigações morais e legais relacionadas às atividades laborativas (MARQUES, 2001, p. 27). Em razão disso, o campo trabalhista extrapolou os limites do âmbito econômico e atingiu as esferas jurídicas e sociais. Configurou-se, assim, um cenário no qual o Estado lusitano ganhou o direito de exigir e forçar o indivíduo a trabalhar, tendo em vista que o indígena tinha o dever moral de fazê-lo e não contou com a oportunidade de abdicação (MARTINEZ, 2008, p. 101).

Já que não se tratava de escolha, ao menos os nativos deveriam ser preparados para as funções que exerceriam. Quem os ensinaria? Os missionários, certamente. Na sequência de seu escrito, J. Alves Correia levantou essa questão ao mencionar que

Para as necessidades novas do ex-selvagem é preciso que a missão organize o trabalho, que há de prover aquelas necessidades nascentes. Por isso há na missão religiosa moderna as oficinas de vários mestres: de alfaiate, de carpinteiro, das artes comuns, e até, nas missões mais antigas e progressivas, como a Huila, como Lândana, como o Bailundo, indústria de curtumes, serralheria, tipografia (CORREIA, 1926, p. 74).

Nota-se que as oficinas apontadas pelo autor como parte das atribuições das missões circunscrevem-se aos trabalhos manuais entendidos como necessidades crescentes na sociedade colonial. Ou seja, foram reservados aos indígenas postos de menor prestígio social e primordiais para a construção dos espaços urbanos em desenvolvimento nas colônias, como carpintaria e serralheria. Também é digno de menção o fato do missionário referir-se aos nativos como “ex-selvagens”, indicando que esses sujeitos galgaram um novo patamar na escala social, proporcionado pelo trabalho dos missionários junto às comunidades africanas.

Deste modo, J. Alves Correia

não tardou em elencar as missões católicas presentes em Moçambique na época.:

A seguinte lista mostra os elementos do trabalho civilizador de que dispõem as missões desta costa:

Missão de Lourenço Marques: 3 escolas.

Missão de S. José de Langhene: 4 escolas, internato feminino.

Missão de Magude: 6 escolas, olaria, oficina de pedreiro.

Missão de Manhiça: 2 escolas, oficina de alfaiate e de carpinteiro.

Missão de São Paulo de Messano: 13 escolas (CORREIA, 1926, p. 81).

O expressivo número de escolas e oficinas profissionalizantes indica a relevância alcançada pelas missões na organização educacional das colônias. O “trabalho civilizador” desenvolvido pelos missionários passou pela formação de novas gerações de cidadãos, seres “civilizados” de acordo com as premissas europeias e instruídos pelos dogmas do cristianismo.

Evidencia-se a incumbência social atribuída às missões, contribuindo para o desenvolvimento material e imaterial dos territórios portugueses. Provavelmente em razão disso o missionário mostrou-se contrário à presença de missões estrangeiras nas posses lusitanas, como pode ser visto abaixo:

Não duvidamos, ainda assim, que é uma autêntica vergonha o fato de que os domínios portugueses virem sendo civilizados por uma porcentagem cada vez mais dominante de missões estrangeiras; e se essa nossa desgraça pudesse mitigar-se pelo incremento de razoáveis missões laicas, se as laicas fossem missões que se aguentassem, não seriam as religiosas que pediriam a destruição daquele esforço novo de outro

feitio, porque todos sentimos que o campo é vasto demais, para dar lugar a rivalidades estreitas entre portugueses (CORREIA, 1926, p. 84).

A aversão ao trabalho feito por missões estrangeiras foi tamanho que o religioso achou menos prejudicial a presença de organizações laicas. Neste momento, a proteção da nacionalidade misturou-se à defesa da religião católica. Com teor xenofóbico, o autor do texto defendeu a união entre os lusitanos. Tal posicionamento remete às discussões propostas por Anderson (2008, p. 197), que situou o processo de colonização da África e Ásia como parte final do desenvolvimento nacionalista em países europeus estruturados industrialmente.

As conquistas coloniais foram euforicamente tratadas como vitórias que demonstraram o poderio das nações europeias. Colaborar com o progresso das possessões ultramarinas e defendê-las de investidas estrangeiras tornou-se uma obrigação patriótica. Ao negar-se a aceitar a presença de agentes de outras nacionalidades nos territórios africanos dominados pelos portugueses, o missionário pareceu proteger aquilo que foi entendido como patrimônio de sua nação, e que, portanto, deveria ser preservado.

Nenhuma instituição escaparia de críticas caso não cumprisse com suas funções patrióticas:

Ao Estado poderemos atirar pedras da nossa recriminação, se ele deixar perecer, por falta de amparo, as missões já em campo, deixando o campo livre à invasão desnacionalizadora estrangeira. Mas, se Portugal deixar de fornecer missionários às colônias e à patriótica solicitude do Estado colonizador, então as queixas devem ir para a inanição do catolicismo nacional, para a anemia provada e ignominiosa de uma igreja, que terá deixado de ser cristã, porque terá cessado de ser católica

(CORREIA, 1926, p. 87).

O autor foi categórico ao atacar o governo e a própria Igreja Católica, caso deixassem de cumprir com o que ele considerou esperado destas instituições. A união entre Estado e Igreja foi pregada com a objetividade de alcançar um bem maior: a evangelização no continente africano e a inserção dos nativos no mundo considerado civilizado pelos ibéricos.

### Considerações finais

O movimento colonizador colocado em prática por países europeus no final do século XIX e início do XX transformou os continentes africano e asiático em objeto de interesse e disputa. Considerando-se a terceira potência colonizadora, Portugal, seguindo tendências em voga no momento, criou estratégias para divulgar as ações desenvolvidas nas possessões africanas e encontrou na imprensa uma ferramenta interessante para fazê-lo.

O *Boletim da Agência Geral das Colônias*, assim como outros exemplares da imprensa colonialista lusitana, cumpriram a missão de informar e propagandear. Assuntos dos mais variados preencheram as páginas desse periódico, constantemente destacando-se o ímpeto português em desbravar as novas terras e as inúmeras dificuldades impostas por esse desafio.

O trato com os nativos foi uma preocupação recorrente e as contribuições das missões religiosas católicas no processo de aproximação com os indígenas foram destacadas pelo missionário J. Alves Correia. Ao elencar minuciosamente o esforço das missões na construção de escolas, na preparação dos africanos para o sistema de trabalho capitalista, bem como cobrar ações enérgicas do Estado em relação ao auxílio às missões nacionais e a expulsão das estrangeiras, o produtor do texto ressaltou valores característicos de uma sociedade

cujo impulso colonizador (leia-se “civilizador”) foi enfatizado como traço da própria nacionalidade do país.

Indiretamente, contudo, J. Alves Correia também inseriu a Igreja Católica e as missões desenvolvidas por ela no círculo de agentes e instituições responsáveis pela expansão colonizadora portuguesa, reclamando representatividade e reconhecimento às realizações missionárias católicas. Ao aceitar publicar as opiniões do missionário, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* automaticamente endossou o discurso proferido por J. Alves Correia e agiu como propulsor desses ideais junto ao seu público leitor, seja ele português ou estrangeiro.

## Referências

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: **História Geral da África - África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010.
- CABAÇO, José Luis. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- COQUERY-VIDROVITCH. O Postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc (org). **O livro negro do colonialismo**. Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CORREIA, J. Alves. As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, Lisboa, v. 2 , n.16 , p. 72-86, 1926.
- HERNANDEZ, Leila M. G. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. 7.ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARTINEZ, Esmeralda Simões. **O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926)**. 344 f. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa, 2008.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. De indígenas a imigrantes: o lugar da África e dos africanos no Universo Português dos séculos XIX ao XXI. **Sankofa**, São Paulo, n.3, p. 32-51, 2009.
- PARADA, Maurício. **História da África contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2013.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: **História Geral da África - África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010.
- WESSELING. H.L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. 2.ed. Tradução de Celina Brandt. Supervisão técnica de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1981.